



# Anais da Assembléia

N.80 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE AGOSTO DE 1986 ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 66.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1986  
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Gilberto Carvalho e Djalma de Almeida César.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, Leônidas Chaves, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (32). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Airton Cordeiro, Dirceu Manfrinato, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Antônio Fonseca, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Sérgio Spada, Tadeu França e Tuguio Setogutte (26).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofício:

## OFÍCIO

Sob os n. DTL/138, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152 e 153/86, do Senhor Governador do Estado,

comunicando haver sancionado os Projetos de Lei números: 50/86, 13/84, 126/86, 38/86, 290/85, 27/86, 07/86, 194/85, 173/85, 09/86, 08/86, 17/86, 127/85 e 332/85, os quais, convertidos em lei, tornaram os números: 8.329, 8.345, 8.346, 8.337, 8.334, 8.335, 8.336, 8.338, 8.339, 8.340, 8.341, 8.342, 8.343 e 8.344, respectivamente.- Anote-se. Arquive-se.

## Mensagens:

Mensagem N. 88/86

Curitiba, 1.<sup>o</sup> de agosto de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas do Primeiro e Segundo Termos Aditivos datados de 30.12.85 e 30.03.86 ao Convênio SAREM/N. 062/85, celebrado em 1.<sup>o</sup>.10.85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, objetivando dar continuidade ao programa de cooperação técnica e financeira com os Estados, bem como de cópia autêntica do Segundo Termo Aditivo datado de 20.03.86 ao Convênio SAREM/N. 063/85, entre as mesmas Partes, que objetiva a execução de projetos no âmbito do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Mensagem N. 89/86

Curitiba, 1.<sup>o</sup> de agosto de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 12 de maio de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os Municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota-Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos de 1985.

Município .....N.º do Convênio

Bocaiúva do Sul .....06/86  
Campina Grande do Sul .....07/86  
Contenda .....08/86  
Mandirituba .....09/86  
Quatro Barras .....10/86

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Mensagem N. 91/86.

Curitiba, 05 de agosto de 1986.

Senhor Presidente.

De conformidade com o preceito contido no art. 47, inciso I, da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia a inclusa proposta de Projeto de Lei que objetiva a criação, no âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento, do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná - FUNCITEC.

Visa a proposição ora encaminhada, possibilitar a ampliação da capacidade de captação de recursos destinados a estudos, programas, processos, projetos e pesquisas prioritárias tendentes ao crescimento do setor científico e tecnológico, para sua valorização como fator imprescindível ao processo de desenvolvimento sócio-econômico de nosso Estado, como está detalhado na Exposição de Motivos da Secretaria de Estado do Planejamento (documento anexo), aprovada à unanimidade, juntamente com o Projeto de Lei ora encaminhado pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Paraná, em sua XIII Reunião Ordinária, realizada em nossa Capital nos dias 25 e 26 do mês de junho próximo passado. Inspirou-se ainda o Poder Executivo em sugestão formulada por essa Colenda Casa de Leis, em decorrência de pedido feito nesse sentido pelo ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos, com a apresentação de valiosos subsídios sobre a questão.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS.

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

140/86

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC.

Art. 2º - O FUNCITEC reger-se-á por regulamento próprio aprovado por Decreto do Governador do Estado, terá sede e foro na Cidade de Curitiba, duração indeterminada, sendo vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento.

Art. 3º - O FUNCITEC tem por finalidade promover os meios necessários ao desenvolvimento de atividades científicas e/ou tecnológicas, capacitando financeiramente pessoas jurídicas no âmbito do Estado a executar estudos, programas, projetos e outras atividades que tenham por objeto o desenvolvimento científico e tecnológico, bem como o aperfeiçoamento de técnicas, processos e produtos e a absorção, utilização e difusão de tecnologia apropriadas à região.

Art. 4º - Constituem receitas do FUNCITEC:

I - dotação anual do Governo do Estado consignada no orçamento e créditos adicionais que lhes sejam destinados;

II - repasse de recursos advindos das instituições financeiras e de desenvolvimento do Estado do Paraná;

III - recursos provenientes de incentivos fiscais;

IV - auxílios, subvenções, contribuições, transferências e participações em convênios;

V - recursos de convênios de cooperação técnica e financeira com entidades estaduais, nacionais e internacionais;

VI - saldos de exercícios anteriores;

VII - recursos de outras fontes.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere este artigo serão, obrigatoriamente, depositados pelo Tesouro Geral do Estado, no Banco do Estado do Paraná S/A, em conta especial sob a denominação de "Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC".

Art. 5º - O FUNCITEC é dotado de personalidade contábil com escrituração geral e independente sendo que seus recursos serão movimentados mediante utilização da estrutura organizacional da Secretaria de Estado do Planejamento.

Art. 6º - A aplicação dos recursos do FUNCITEC far-se-á segundo as diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 7º - Os recursos que o FUNCITEC aplicar serão de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da legislação vigente.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo au-

torizado a abrir um crédito especial até o limite de Cz\$ 1.400.000,00 (hum milhão e quatrocentos mil cruzados) para atender as despesas de implantação do FUNCITEC, servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no § 1º, do art. 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17.03.64.

Art. 9º - O Chefe do Poder Executivo, mediante Decreto, em 60 (sessenta) dias, estabelecerá as normas relativas à estruturação, organização e operacionalização do FUNCITEC.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### ESTADO DO PARANÁ

#### SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A consolidação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia do Paraná está se fazendo gradualmente na atual administração governamental e, pode-se mencionar entre os fatos de maior destaque, a reestruturação do CONCITEC, a criação da política de fomento para apoiar projetos de pesquisa e a elaboração do II Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná.

A experiência de São Paulo, hoje um exemplo para o país, somente conseguiu grande expressividade para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia naquele Estado, pela vinculação orçamentária correspondente à dotação mínima de meio por cento da receita de seus impostos, atribuída pela Constituição de 1947 e regulamentada pela Emenda Constitucional de 30 de outubro de 1969, concedida à Fundação de Amparo à Pesquisa FAPESP, como renda de sua privativa administração.

No caso do Paraná, tal vinculação orçamentária do produto de arrecadação de qualquer tributo a fundo é inconstitucional pelo que está expresso no art. 33, § 3º da Constituição do Estado, razão pela qual a presente proposição de anteprojeto de lei, coloca em seu art. 4º, as formas de receitas do FUNCITEC, sem entretanto vinculá-las orçamentariamente.

O apoio à Ciência e Tecnologia vem se constituindo numa crescente preocupação do Governo, tanto pela sua importância, quanto pelo grau com que estão associadas ao processo de desenvolvimento global do Estado. O planejamento dessas atividades ressentem-se, entretanto, de um instrumento que amplie a capacidade de captação de recursos a serem somados àqueles já alocados pelo Tesouro do Estado. O Ministério de Ciência e Tecnologia, criado em março de 1985, para coordenar as ações nessa área em todo o país, tem estimulado a criação de fundos estaduais exatamente para suprir

esta necessidade, ou seja, promover de forma mais dinâmica o apoio a estudos, programas, projetos e pesquisas prioritárias e relevantes para o Estado.

Alguns Estados brasileiros como Ceará, Bahia, Paraíba e Goiás, conscientes da importância da Ciência e da Tecnologia como indutores do desenvolvimento econômico e social orçamentária seus fundos estaduais de C & T com pleno sucesso, mesmo sem lhes atribuir vinculação orçamentária.

Para o preenchimento de abertura de crédito especial que consta no art. 8º, do anteprojeto de lei, sugere-se a alocação de, no mínimo, valor igual ao saldo existente no projeto atividade "Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico", dotação: 4101.03100571.341, no valor de Cz\$ 1.325.486 (hum milhão, trezentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis cruzados). Note-se, a propósito, que o CONCITEC, teve seus recursos aumentados gradativamente: em 1984 foram destinados Cr\$ 182 milhões, em 1985 Cr\$ 1.225 milhões, e em 1986 a Lei Orçamentária autorizou um dispêndio no valor de Cr\$ 4 bilhões. Deve-se observar ainda que os investimentos mais significativos em matéria de ciência e tecnologia são feitos através da sustentação da estrutura que a produz: universidade, institutos de Pesquisas (IPARDES, IAPAR, TECPAR, MINEROPAR, FUNDEPAR e outros), cobrindo os setores primário, secundário e terciário.

A proposição ora concebida, através de anteprojeto de lei em anexo, visa colocar o Paraná no patamar dos demais Estados da Federação, que sensibilizados pelo poder que a ciência e tecnologia exerce hoje sobre a sociedade, já criaram seus fundos.

A criação deste fundo vem de encontro a uma reiterada aspiração da comunidade científica e tecnológica do Estado, a fim de que seja institucionalizada a atual política de fomento, além de constituir meta explícita no CONCITEC constante do II Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná. Vale ressaltar, entretanto, que a presente proposição não pretende vincular recursos do Tesouro do Estado, como constituição de suas receitas, pois, o Fundo gerará apenas as receitas originárias de captação de recursos de natureza diversa, conforme previsto no texto do anteprojeto de lei.

Confere com o original.

Curitiba, 26 de junho de 1986

Secretaria de Estado do Planejamento  
À Diretoria Legislativa.

Mensagem N. 92/86

Curitiba, 06 de agosto de 1986

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 12 de fevereiro de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a Rede Ferroviária Federal S/A e o Município de Ponta Grossa, objetivando a construção de nova ligação entre os kms. 234,9 do trecho Uvaranas - Engenheiro Bley, próximo a Desvio Ribas e 240,7 do trecho Engenheiro Gutierrez - Uvaranas, próximo a Tibagi e retirada das linhas que atualmente atravessam a Cidade de Ponta Grossa.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado  
À Diretoria Legislativa.

Mensagem N. 90/86 *Sup. 99/86*  
Curitiba, 1.º de agosto de 1986.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 04 de julho de 1986, entre o Estado do Paraná e os municípios adiante mencionados, objetivando a aplicação de recursos financeiros relacionados com o PROGRAMA DE AÇÃO MUNICIPAL-PRAM, conforme plano de aplicação e procedimentos estabelecidos nos manuais do referido Programa:

Municípios.....N.º do Convênio	
Almirante Tamandaré .....	040/86
Araucária .....	041/86
Balsa Nova .....	042/86
Bocaiúva do Sul .....	043/86
Campina Grande do Sul .....	044/86
Campo Largo .....	045/86
Contenda .....	046/86
Mandirituba .....	047/86
Piraquara .....	048/86
Quatro Barras .....	049/86
Rio Branco do Sul .....	050/86
São José das Palmeiras .....	039/86

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de ele-

vado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS  
Governador do Estado  
À Diretoria Legislativa.  
Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.170/86, que institui o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1986  
(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja concedido regime de urgência ao Projeto de Lei n.79/86, de sua autoria, que regulamenta a propaganda produzida ou veiculada pela Secretaria Extraordinária da Comunicação Social, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1986  
(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência, para o Projeto de Lei n.68/86, de sua autoria, com a seguinte ementa:

"Declara de Utilidade Pública a Associação de Santa Rita de Cássia - Lar Iracy Dantas de Andrade".

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1986  
(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.158/86, que "objetiva dar nova redação ao art.11 e seus incisos e parágrafos, da Lei n.7.424, de 17/12/80, que versa sobre o Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo".

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1986  
(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente e autor do Projeto de Lei n.88/86, que declara de Utilidade Pública o Centro Espírita Luz e Verdade, REQUER a votação em

regime de urgência, após ouvido o Douto Plenário e cumpridas as formalidades - regimentais.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1986

(a) ANIBAL KHURY.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n.53/86.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1986

(a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer anexação do Projeto de Lei n.321/84 à Mensagem n.91/86, do Senhor Governador do Estado.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, anexação do processo relativo à Mensagem n.91/86, do Senhor Governador do Estado, protocolado sob n.11258/84 (Projeto de Lei n.321/84) que trata do mesmo assunto.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1986

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, voto de profundo pesar pelo passamento, em data de 06 do mês corrente, da Senhora Hermácia Cassou.

A extinta era mãe do Senhor Jobar Cassou, de saudosa memória, e de Joseli Garcês Duarte, esposa do Senhor Alberto Garcês Duarte.

Com o seu desaparecimento, familiares, bem como o vasto círculo de amizades que, graças a seu caráter firme conseguiu formar, abriu-se uma irreparável lacuna.

Outrossim, REQUER, após aprovação do Plenário, que se dê ciência à família enlutada, na Rua Lord Lovat, 120 - CEP - 81.500, Guabirota, nesta.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1986

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Anivaldo Lopes, ocorrido na Municipalidade de São Tomé.

Originário de família humilde, Anival-

do iniciou, desde muito cedo, uma atividade muito intensa, desenvolvendo estudos escolares e trabalhando para o sustento seu, auxiliando também em casa. Em razão disto, ao longo de sua vida (nasceu em 23 de junho de 1953 e faleceu dia 23 de maio de 1986), aprendeu a conviver com a realidade, aliás nem sempre de alegrias, mas de dificuldades e barreiras. Mas soube, em todos os momentos, enfrentar as adversidades com coragem e dedicação.

A experiência de vida despertou-lhe profundo interesse pela militância política procurando fazer dela verdadeiro instrumento de transformação social. Sua participação, inegavelmente, foi de vital importância para a fundação do MDB e posteriormente na consolidação e crescimento do PMDB, onde desempenhava inúmeros papéis, dentre os quais a presidência do setor jovem.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia, até mesmo por uma questão de justiça, deixar de REQUERER a transcrição nos Anais deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento de Anivaldo Lopes, cuja inquestionável liderança será sempre lembrada.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1986

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações a Senhora Salma Grano, Diretora do DETEPAR/núcleo de Londrina e ao Senhor José Florentino, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arapongas.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1986

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

#### JUSTIFICATIVA:

Pela criação do Comitê de Segurança no Trabalho, destinado a reduzir as elevadas incidências de acidentes e doenças ocupacionais que vitimam numerosos trabalhadores rurais em toda a região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulação ao advogado paranaense, Osmann de Oliveira, que juntamente com destacados juristas brasileiros, vêm de receber certificado de estágio após conclusão de Seminário sobre Direito Penal, realizado no mês de julho próximo passado, pela Universidade de Paris - Sorbone.

Tal evento vem marcar mais uma etapa na brilhante carreira desse eminente advogado paranaense, que ilustra o quadro de juristas de nossa terra.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1986  
(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, votos de congratulações dirigidos à Goioerê pelos seus 31 anos de emancipação política e administrativa, com consequente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Vicente Massahiro Okamoto, Prefeito Municipal; ao Excelentíssimo Senhor Valdinéi José Peloi, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes das Agremiações Partidárias existentes na cidade.

Pouco antes do início da década de 40 registrava-se a presença de famílias às margens do Rio Goioerê. A fixação das pessoas foi uma consequência do processo de desbravamento, através da derrubada da mata, madeira fora beneficiada, dando lugar para o preparo do solo e o cultivo principalmente do café e do algodão, destacando-se a fundação das primeiras fazendas dos Senhores Carlos e Vladimir Scarpari que, inclusive posteriormente, fundaram uma empresa comercial com a finalidade de demarcar e dividir áreas existentes em rurais e urbanas, permitindo o surgimento da cidade, denominada de Goioerê.

Outras etapas aconteceram o que a história registra. Momentos em que foram enfrentadas inúmeras dificuldades. Mas, existiu sempre a disposição das famílias; a ação destemida que foi capaz de superar os transtornos, transpondo obstáculos.

Nos dias de hoje, referir-se a Goioerê, que emancipou-se política e administrativamente através da Lei n.48, sendo criada no dia 10 de agosto de 1955, ocorrendo a instalação em 14 de dezembro do ano seguinte é motivo de orgulho. O desmembramento de Campo Mourão era mesmo inevitável, pois, as potencialidades existentes vinham tenazmente exploradas, onde do solo brotava a semente plantada com esforço e dedicação de sua gente. Tais atividades são atualmente a base de sustentação econômico-social do município, responsável por expressiva parcela do desenvolvimento do Paraná, de modo cada vez mais destacado.

Com esta síntese, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o objetivo é antes de

tudo reconhecer a importância do município de Goioerê nos contextos da região, deste Estado e do País, mas também, homenagear o pioneirismo de seus desbravadores, uma vez que sem a atitude deles não teria por certo surgido esta cidade que herdou daqueles tempos a mesma coragem e determinação.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1986  
(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado voto de congratulação à Igreja Presbiteriana de Campo Mourão, pela comemoração do aniversário da chegada ao Brasil do primeiro missionário presbiteriano, Reverendo Ashbel Green Simonton, em 12 de agosto de 1859, além do 27º aniversário da organização da referida Igreja.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1986  
(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Igreja Presbiteriana de Campo Mourão foi fundada em Campo Mourão no dia 23 de agosto de 1959, sendo então pastor o Rev. José Costa. No decorrer desses anos, até o dia de hoje, pessoas ilustres da nossa comunidade exerceram a função de pastores da Igreja, tais como José Costa, Jofre Botão, Higino Bento Santos, Guilherme Gomes da Silva, Pedro Alves de Oliveira, José Pereira de Souza, Abílio Gontijo de Carvalho, Wantuil Rodrigues de Paula e o atual pastor Francisco dos Anjos. Essas pessoas deram uma importante contribuição na formação moral e religiosa do nosso povo, merecendo, portanto, as congratulações desta Casa de Leis.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor a Senhora MARIA DO CARMO CAVALCANTI FORTES, filha do falecido Deputado Tenório Cavalcanti, pelo lançamento do livro "Tenório - O Homem e o Mito".

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1986  
(a) NESTOR BAPTISTA.

#### JUSTIFICATIVA:

Ao escrever este livro, Maria do Carmo presta um depoimento, na condição de filha que, com toda justiça, elimina da história de Tenório Cavalcanti os exageros, bem como supre determinadas omissões, mostrando uma face desconhecida da grande maioria do público: a do homem sensível, político identificado com a causa popular, nacional-

lista convicto e um ser que dedicou sua vida aos menos favorecidos pela sorte.

Assim sendo, pelo esclarecimento que, em última instância, redunda em um maior conhecimento da história política deste País, é que prestamos à autora esta homenagem.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor EDSON SOLANO DA COSTA PORTO, coordenador de construções e reparos da Secretaria da Administração, solicitando a construção de muro ou tela de proteção, ligação de água e energia elétrica, bem como, reparos, na Escola Estadual Justiniano de Oliveira, localizada no Distrito de José Lacerda, Município de Reserva.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 1986

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Em recente visita realizada pela Inspectora de Educação da Cidade de Reserva, Senhora MARIALZIRA MIRANDA VAZ, a Escola Estadual Justiniano de Oliveira, localizada no Distrito de José Lacerda, naquela município, atendendo, a pedido daquela comunidade, constatou-se a necessidade da execução de reparos no prédios, a construção de muro ou tela protetora, bem como a ligação de água e energia elétrica, para oferecer melhores condições de segurança e saúde aos seus professores e alunos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado expediente a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, digníssima Secretária da Educação, solicitando a aquisição de um terminal telefônico para a Inspeção Estadual de Educação da Cidade de Sengés.

Sala das Sessões, em 12/08/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação justifica-se pelo fato de que a dificuldade de comunicação com o Núcleo Regional da Educação e com a Secretaria de Estado da Educação retarda o desenvolvimento dos trabalhos daquele órgão.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja

enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor ANTÔNIO JOSÉ CORREIA RIBAS digníssimo Diretor-Geral do Departamento de Estrada de Rodagem-DER, solicitando a execução de obras de assentamento das pedras do cascalhamento realizado por aquele Departamento através do PRORURAL, na estrada que liga as localidades de Caetê a Rio Pereira, no Município de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 12/08/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Aquele trecho de estrada é utilizado por um número bastante grande de produtos da região e as pedras soltas, no leito da estrada, tem ocasionado inúmeros problemas aos seus usuários, desgastando sobremaneira os veículos, em alguns casos até, com a quebra dos parabrisas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor FRANCISCO LUIZ SIBUT GOMIDE, Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, solicitando a instalação de rede de eletrificação, através do "clic rural" nas localidades de Grenhal e Silvina, no Município de Ivaí.

Sala das Sessões, em 12/08/86.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Nas localidades de Grenhal e Silvina, no Município de Ivaí, existe um número bastante grande de propriedades rurais, que estão marginalizadas do processo produtivo, pela falta de uma fonte de energia que possa, além de proporcionar maior conforto aos seus habitantes, oferecer a oportunidade do uso de equipamentos mais sofisticados, para a exploração mais racional e econômica do potencial produtivo da região.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente, ao Ilustríssimo Senhor ANTÔNIO JOSÉ CORREIA RIBAS digníssimo Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando a construção de uma estrada ligando a localidade de "Quinhão 2", próximo à Vista Alegre, na estrada que liga Ortigueira a Faxinal pela Fazenda Cunha e "Quinhão 3", no Município de Ortigueira, atravessando o Rio do Peixe.

Sala das Sessões, em 12/08/86.



(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Os produtos daquela região não têm vias para o escoamento da sua produção, desestimulando o melhor aproveitamento de suas propriedades, acarretando uma menor oferta de produtos agrícolas e, conseqüentemente, uma menor arrecadação de ICM.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de mensagem ao Desembargador Armando de Oliveira Carneiro, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando urgência na análise e aprovação dos estudos visando a reestruturação do Quadro Funcional do Órgão.

Sala das Sessões, em 12/08/86.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Por serem justas as reivindicações apresentadas pela Associação Beneficente dos Servidores dos Poder Judiciário e por haver uma expectativa muito grande por parte dos funcionários do Tribunal de Justiça em torno da sua rápida implementação.

É inadmissível a permanência das disparidades atuais, que vem acarretando inconformismo e indignação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, objetivando a criação e instalação de um batalhão da Polícia Militar na Municipalidade de Ubatuba.

Com mais de 27 mil habitantes, conforme dados do último Censo, Ubatuba tem apresentado, ultimamente, expressivo crescimento, principalmente na sua maior atividade, a agropecuária, além do diversificado comércio. Tais fatores, dado à circulação de dinheiro proveniente daquelas operações, estão a exigir que o município possa, de modo efetivo, contar com uma estrutura no setor de segurança pública à altura das suas potencialidades.

A criação e instalação de uma unidade do Batalhão da Polícia Militar do Paraná vem de encontro à preocupação de dotar a cidade de um efetivo policial capaz de atuar no sentido de assegurar proteção à referida comunidade.

Pelas razões expostas, embasadas em proposta do Ilustríssimo Senhor Antônio Santo Graff, ex-Vereador de Ubatuba, pro-

fundo conhecedor de seus problemas e aspirações, espera-se que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública viabilize a concretização da presente proposta, aliás há muito tempo pleiteada.

Sala das Sessões, em 12/08/86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido da criação e instalação do ensino de segundo grau para a Municipalidade de Roncador.

Primeiramente, torna-se perfeitamente dispensável tecer comentários com respeito à importância do Município de Roncador em termos sócio-econômico, tanto na região onde localiza-se como no contexto estadual.

No entretanto, é preciso reiterar as manifestações realizadas por aquela comunidade no tocante ao setor educacional. Existe, desde há muito tempo, uma carência no ensino de segundo grau. Ocorre que existe um estabelecimento mantido pela Campanha Nacional das Escolas da Comunidade que é, na realidade, insuficiente para atender a grande parte da juventude que pretende continuar seus estudos.

Eis, pois, em síntese, a exposição de motivos que bem ilustra as preocupações do povo de Roncador visando a implantação do segundo grau, afim de permitir que toda a camada da população tenha, efetivamente, acesso ao ensino no nível proposto, conforme iniciativa do Ilustríssimo Senhor Jair Becher, Titular da Inspeção Estadual de Educação.

Sala das Sessões, em 12/08/86

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no tocante às formas gerais da quadra de esportes da Escola Estadual Vila Rica do Espírito Santo - Ensino de 1º Grau, na Municipalidade de Fênix.

A prática da Educação Física como disciplina, em vários aspectos, é inviabilizada, ante ao péssimo estado que, encontra-se o piso da quadra esportiva daquela Escola, já tendo trazido transtornos aos estudantes que acabam por não desenvolver suas aptidões físicas.

Deste modo, que essa Pasta, atendendo



iniciativa do Ilustríssimo Senhor José Carlos de Canato Souto, responsável pela direção da Escola Vila Rica do Espírito Santo, libere recursos para a pretendida finalidade.

Sala das Sessões, em 12/08/86

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando apoio para a formação de uma fanfarra no Colégio Estadual João Maffei Rosa - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Juranda.

Quando ocorrem comemorações civis previstas no calendário escolar, os jovens estudo do Colégio João Maffei Rosa, tradicional estabelecimento de ensino de Juranda, simplesmente ficam privados de uma participação mais destacada, visto que não possuem instrumentos musicais.

Assim sendo, que essa Pasta, dentro de suas possibilidades, determine auxílio para que seja formada uma fanfarra estudantil, de acordo com a iniciativa do Ilustríssimo Senhor Diretor Geraldo de Araújo Pereira.

Sala das Sessões, em 12/08/86.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná -, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no intuito da liberação de recursos para a construção de uma quadra esportiva na Escola Estadual Marechal Rondon - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Campo Mourão.

O presente pedido está baseado em ofício encaminhado ao Deputado abaixo, subscrito pela Ilustríssima Senhora Eugênia Inês Mauro Teixeira. Na condição de responsável pela Direção da Escola Marechal Rondon, tradicional estabelecimento de ensino mourãoense, afirma ser inadiável a construção de uma quadra esportiva, uma vez que permitirá atender, em condições apropriadas, as necessidades da prática da Educação Física.

Por tratar-se, sem dúvida alguma, de importante reivindicação, aguarda-se o pronto atendimento da mesma.

Sala das Sessões, em 12/08/86.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando o auxílio para formação de uma fanfarra no Colégio Estadual José Alfredo de Almeida - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizado na Municipalidade de Mariluz.

Trata-se de uma reivindicação bastante antiga. Há muito tempo que vem sendo pleiteada a destinação de instrumentos para a formação de uma fanfarra, visto que o Colégio José de Almeida não tem podido participar condignamente das concentrações alusivas à exaltação cívica.

Atendendo iniciativa da Ilustríssima Senhora Leonilda da Silva Quadros, Diretora daquele estabelecimento, espera-se por parte dessa Fundação e Secretaria de Estado, a adoção de medidas que resultem na concretização ao presente assunto.

Sala das Sessões, em 12/08/86.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, a destinação de novo gabinete dentário para o posto de saúde da Municipalidade de Barbosa Ferraz.

Mesmo diante da política agrícola adotada nas últimas décadas, que ainda se faz presente, cuja característica, dentre outras, destaca-se o êxodo rural a região pertencente ao Município de Barbosa Ferraz conseguiu ainda, manter a concentração de grandioso número de trabalhadores do campo, o que tem exigido, do ponto de vista social, a constante adoção de uma política que lhes garanta assistência às suas necessidades.

Ingrado aos propósitos ora mencionados está a destinação de novo gabinete dentário para o posto de saúde existente naquela cidade, tendo em vista que os atuais equipamentos não mais oferecem, segundo o Ilustríssimo Senhor Jair Cândido Almeida, condições de serem utilizados, o que tem prejudicado principalmente as famílias de menor poder aquisitivo, dentre elas os chamados bóias-frias.

Diante das razões que se apresentam é de se esperar o pronto encaminhamento, visando atender o presente pedido, dado a sua inquestionável importância para o citado setor.

Sala das Sessões, em 12/08/86.  
(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo o destacamento de maior efetivo policial, para o Distrito Administrativo de Luziana, pertencente à Municipalidade de Campo Mourão.

Os Senhores Olivo Gobi e Heitor Fin, habitantes há muitos anos de Luziana, sobretudo conhecedores de seus problemas e aspirações daquele povo, estão a reivindicar o destacamento de maior efetivo para aquela localidade, uma vez que, nos dias de hoje, praticamente apenas um policial atua na área, insuficiente diante do próprio porte do Distrito.

É de vital importância, num menor prazo de tempo possível, o atendimento por parte dessa Pasta, a este pedido que visa proporcionar a melhoria das condições de segurança pública em Luziana.

Sala das Sessões, em 12/08/86.  
(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no intuito da destinação de materiais de laboratório para a Escola Estadual Arthur Ramos - Ensino de 1º Grau, localizada na Municipalidade de Engenheiro Beltrão.

Naquele estabelecimento de ensino, praticamente inexistente material de laboratório segundo informações do Ilustríssimo Senhor Leonardo Henrique Dias de Souza. Na condição de Diretor da Escola afirma ainda que tal situação tem trazido prejuízo a seus estudantes, dada à impossibilidade de terem, por parte dos mestres, aulas na área de Ciências.

Fora de qualquer dúvida trata-se de uma solicitação inteiramente justa, esperando-se, portanto o apoio dessa Fundação e dessa Pasta.

Sala das Sessões, em 12/08/86.  
(a) RUBENS BUENO

#### Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 173/86  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - O Art. 11, da Lei Complementar n. 27, de 08 de janeiro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 - A transferência de área de que trata o art. 9º, dependerá sempre de consulta às Câmaras dos Municípios que sofrerem alteração de seus territórios".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 12/08/86.  
(a) EDUARDO BAGGIO.

#### JUSTIFICATIVA:

Quando da elaboração da Lei Complementar n. 27, de 08 de janeiro de 1986, o legislador não alterou o referido artigo, o qual cria entraves à criação de novos municípios, haja vista que há vários projetos de lei arquivados pela má interpretação e má redação deste artigo.

Assim sendo, com a alteração proposta, temos que o problema será sanado de forma definitiva.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 321/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

SÚMULA: Autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC -.

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC -.

Parágrafo Único - O FUNCITEC reger-se-á por regulamento aprovado por decreto do Governador do Estado, e terá sede e foro na cidade de Curitiba, tendo duração indeterminada, sendo vinculado ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 2º - O FUNCITEC tem por finalidade promover os meios necessários ao desenvolvimento de atividades científicas e/ou tecnológicas, capacitando financeiramente e oferecendo garantias às pessoas físicas ou jurídicas nacionais a executarem estudos, programas, projetos e outras atividades que tenham por objeto o desen-

volvimento científico e tecnológico no Estado do Paraná, bem como o aperfeiçoamento de técnicas, processos e produtos e a absorção, utilização e difusão de tecnologias apropriadas à região.

Art.3. - Constituem recursos do FUNCITEC:

I - dotação anual do Governo do Estado consignada no orçamento e créditos adicionais que lhes sejam destinados;

II - repasse de recursos advindos das instituições financeiras e de desenvolvimento do Estado do Paraná;

III - recursos provenientes de incentivos fiscais;

IV - auxílios, subvenções, contribuições, transferências e participações em convênios;

V - recursos de convênios de cooperação técnica e financeira com entidades estaduais, nacionais e internacionais;

VI - licenciamento de patentes de inventos financiados com recursos do FUNCITEC;

VII - percentual sobre o faturamento de inventos financiados pelo FUNCITEC;

VIII - rendimentos, acréscimos e juros provenientes da aplicação de seus recursos;

IX - saldos de exercícios anteriores;

X - recursos de outras fontes.

Art.4. - A aplicação dos recursos do FUNCITEC far-se-á segundo as diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art.5. - Os recursos do FUNCITEC serão recolhidos diretamente ao Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO -, em conta especial, tendo como seu gestor financeiro a Secretaria de Estado do Planejamento.

Art.6. - Os projetos a serem financiados pela Secretaria Executiva, pelas Câmaras especializadas e finalmente pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONCITEC -.

Art.7. - O Chefe do Poder Executivo, através do decreto, estabelecerá as normas relativas à estruturação, organização e funcionamento do FUNCITEC.

Art.8. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20/11/84.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Deputado Estadual - PMDB

#### JUSTIFICATIVA:

No processo de desenvolvimento e consolidação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia do Paraná, está marcadamente presente no seio da comunidade científica paranaense, a reivindicação para que se crie um Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, institucionalizando-se o fomento como suporte básico para o desen-

volvimento científico e tecnológico do Estado.

Seu objetivo básico é promover o apoio financeiro aos estudos, programas, projetos e pesquisas prioritárias, de desenvolvimento científico e tecnológico, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano de Ação do Governo, no que se refere ao conteúdo da ciência e tecnologia, para contribuir ao desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado do Paraná.

A criação deste Fundo prevê que as atividades em ciência e tecnologia sejam discutidas e aprovadas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, cabendo à Secretaria Executiva e Câmaras Especiais que vierem a ser criadas, a análise técnica e econômica de projetos e de outras solicitações formuladas.

Os aspectos jurídicos relativos à concessão de recursos serão atendidos pela Assessoria Jurídica e os aspectos formais para o processamento de convênio serão assessorados pelo Grupo de Planejamento Setorial - GPS -, ambos da Secretaria do Planejamento.

O Banco do Estado do Paraná hospedará o Fundo e o gerenciará no que couber aos seus aspectos econômico-financeiro e jurídico.

Cabe salientar que será condição básica e essencial para deferimento de qualquer solicitação de apoio financeiro pelo FUNCITEC, a garantia de aplicação destes no Estado do Paraná.

É importante se ter sempre presente o caráter de risco com que devem ser encarados os investimentos em ciência e tecnologia, uma vez que não se trata de atividades com resultados garantidamente viáveis, técnica e economicamente falando. Assim, as condições de financiamento pelo fundo deverão prever a inserção de fatores como: taxa de administração, garantias reais e correção plena.

O interesse do agente administrador do Fundo, será mantido à medida em que os recursos componentes de sua receita (percentual de lucro líquido de entidades financeiras; recursos do governo do Estado, recursos provenientes de incentivos fiscais; recursos repassados do Governo Federal; contribuições; doações; renda da aplicação de bens patrimoniais; etc.), permanecerão em seu poder até serem repassados às entidades do Sistema Estadual além desta nova linha de atuação favorecer o surgimento de novos clientes.

Um regulamento interno do Fundo será elaborado visando ser estabelecido uma sistemática de entrosamento das atividades dos agentes, mas também os prazos, periodicidade de pagamentos, controle de recursos do Fundo e aplicação desses, inclusive

no mercado financeiro.

As normas de operação do Fundo definirão: finalidades, usuários, setores e segmentos de atuação, origem de receita, gestão operacional, condições de financiamento e itens financiáveis.

PROJETO DE LEI N. 171/86  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO LIONS-IGAPÓ, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/08/86.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e filantrópica à comunidade de Londrina e adjacências.

De acordo com as finalidades estatutárias, a mesma preenche os requisitos essenciais previstos na legislação estadual em vigor.

Nestas condições, é que apresentamos por presente plano de lei, que ora submetemos às considerações dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 172/86  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Os artigos 2.º, § 2.º, e art.10, da Lei n. 8084, de 05 de junho de 1985, passam a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2.º - Consideram-se micro-empresas para os fins desta lei, as empresas comerciais e industriais que realizem operações internas, como definidas no item 1 do parágrafo único, do art. 8.º, da Lei n. 6364, de 29.12.72, e que tiverem receita bruta anual igual ou inferior ao valor de 10.000 OTN.

§ 1.º - ...

§ 2.º - No primeiro ano de atividade, o limite da receita bruta será calculado proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês de constituição da empresa e 31 de dezembro de cada ano.

Art. 10 - São considerados extintos os créditos tributários de responsabilidade de micro-empresas, como definidas no art. 2.º, pertinentes ao imposto sobre circulação de mercadorias (ICM), vencidas até a data em que lhe seja concedido o enquadramento como micro-empresa, com exceção dos créditos tributários exigidos através do

Processo Administrativo Fiscal, de instrução contraditória, que tenham proposta a aplicação das penalidades previstas nos itens 6, 7 e 9, do § 1.º, do art. 54, da Lei n. 6364, de 29/12/72.

Parágrafo único- Fica revogado o § 8.º, do art. 2.º, da Lei n. 8084, de 05 de junho de 1985.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 12/08/86.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Os benefícios estabelecidos pela citada Lei n. 8084, para as micro-empresas, deram atendimento, sem dúvida alguma, às justas causas sociais. Todavia, fica evidente a ausência de estudos maiores, haja vista dispositivos existentes aplicáveis às pessoas jurídicas isentas do Imposto de Renda pelo reduzido movimento.

Certa improvisação e atropelo igualmente se fizeram notar na regulamentação estadual, talvez pelo universo abrangido por estas disposições: a Instrução SEFI n. 933/85, de 27.06.85, em seu item 1.1, estabelece que: "tomar-se-á por referência o valor da ORTN vigente no mês de janeiro do ano anterior" - quando o sentido exato, que passou a ser aplicado sem mais delongas, seria - "... do ano vigente às operações".

Essas as razões que nos levaram, passada já um ano da vigência do Estatuto da Micro-empresa, a reconsiderar os dispositivos que se lhe aplicam, ouvidos e considerados os reclamos dos micro-empresários.

Ao estabelecer os parâmetros julgados mais adequados ao Paraná, para dar cumprimento à Lei n. 7256, de 27/11/84, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através da Lei n. 8084, de 05/06/85, em seu art. 2.º, fixou escala ascendente em ORTNs para caracterizar a isenção tributária, procurando vincular os níveis de benefícios à quantidade de empregados registrados; o País atravessava fase de recessão, com desemprego e problemas sociais, e os legisladores procuraram atender ao imediatismo do problema, adotando para isenção tributária a seguinte tabela:

De 0 a 2 empregados	- Receita anual até 5.000 ORTNs
3 empregados	- Receita anual até 7.000 ORTNs
4 empregados	- Receita anual até 8.500 ORTNs
5 empregados	- Receita anual até 10.000 ORTNs.

Todavia, o que à primeira vista sugere uma liberalidade, se caracteriza como me-

dida limitatória, pois, a legislação federal já estabelecida para isenção do IR, para pessoas jurídicas, o valor único de 10.000 ORTNs sem cuidar da existência ou não de empregados...

Nada mais natural e justo, portanto, que se busque fixar neste projeto de lei o valor máximo de receita anual para isenção tributária universal em 10.000 ORTNs. E essa medida de justiça se procura estabelecer nessas considerações. Além do que, sabemos perfeitamente que a composição dos custos não foi detida pelo "pacote econômico" (Decreto-Lei n. 2284, de 10/03/86), quanto a insumos, aluguéis comerciais ou industriais, etc. - fatores esses agravados pelo "empréstimo compulsório" (Decreto-Lei n. 2288, de 23/07/86, que cria o Fundo Nacional de Investimentos), o qual, se não é despesa, é certamente inversão compulsória com rendimento inferior ao que seria obtido pela reaplicação no giro comercial da empresa; é simples entender que poupança é aplicação fora do negócio, daquilo que sobra, portanto. E não nos parece que numa micro-empresa haja sobra de recursos.

Em razão disso, e considerando o necessário paralelo com a legislação federal como justo, e atendendo aos interesses da classe, propomos que o art. 2.º e seu § 2.º da Lei n. 8084, de 05/06/85, passe a ter nova redação, eliminando qualquer vinculação quanto a número de empregados, deixando ainda sem efeito o § 8.º do mesmo artigo, por se tratar de elemento conseqüente.

Ao ser aplicado ao âmbito estadual pela Lei n. 8084, de 05/06/85, o disposto na Lei n. 7256, de 27/11/84, ficou estabelecido em seu art. 10, a extinção dos créditos tributários, "vencidos até a data da vigência desta lei (sic) isto é, até 05/06/85.

Nisso se aplicava o princípio de justiça comum, pois, ao se reconhecer o tributo sobre a pequena mercância como injusto, a sobrecarga tributária, reconhecida no ato, justificava plenamente o benefício da retroatividade, implícita na extinção dos critérios fiscais não remidos.

Ora, a análise mais simples nos demonstra que a solução pecou talvez pela limitação ao imediatismo colimado; realmente deveria também conceder a universalidade do benefício a quem desejasse se caracterizar, posteriormente, como micro-empresa - por já enquadrar-se nos limites estabelecidos para isso, ou por vir a enquadrar-se por receita posteriormente reduzida a limites permissíveis.

Essa a injustiça que procuramos sanar, buscando ampliar o benefício do enquadramento aos comerciantes e industriais cujas operações caracterizarem níveis isentos em

suas operações, após a implantação desse título legal - inibidos, portanto, de usufruírem o benefício da isenção, porque o produto do pequeno negócio cobria, talvez e precariamente, apenas a renda familiar necessária ou possível, tornando-os inadimplentes ao ônus tributário. A esse endividamento injusto, esse projeto de lei estende os benefícios da isenção, de forma plena, universal, eliminando o fator limitativo da data do título legal, através de nova redação ao mesmo art. 10.

São essas as principais razões do plano de lei que ora propomos à consideração dos nobres Pares, com assento nesta Augusta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI N. 174/86

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - O Distrito de Luz Marina, integrando atualmente o Município de Toledo, fica anexado ao Município de São José das Palmeiras.

Art. 2.º - O Distrito de Luz Marina obedecerá às seguintes divisas: começa na nascente do Córrego Arapongas, por este até o Rio Santa Quitéria; por este acima até a foz do Arroio Água Muda; por este acima até a sua nascente, ligando-se ao Rio Central, passando pelo Rio Iguatemi, seguindo por linha seca, a linha Preciosa, por esta segue até o Rio São Francisco Falso - braço do Norte - por este abaixo até a foz do Córrego Apepu, por este até a nascente do Córrego Arapongas.

Art. 3.º - Far-se-á plebiscito entre os moradores sobre a anexação do Distrito de Luz Marina, ao Município de São José das Palmeiras, em data e local determinados pelo Poder Judiciário, que o presidirá.

Art. 4.º - Revogam-se as disposições em contrário, e esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 12/08/86.

(a) EDILSON ALENCAR.

#### JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Luz Marina foi criado pela Lei Municipal n. 580/70, de 23 de outubro de 1970. Essa unidade administrativa se compõe de sede, glebas e linhas, com área territorial aproximada de 85,76 km<sup>2</sup>, e população de 5.347 habitantes, entre crianças e adultos.

Situado em terreno de topografia acidentada, o Distrito de Luz Marina conta com os seguintes povoados e linhas: Pingo de Ouro, Gleba Nova, Piracema, Santa Quitéria, Corvo Branco, Gameleira, Aparadão, Santa Mariana, Fazenda Sol de Maio, Jacaratiã, Jacutinga, Primavera e outros.

Trata-se de legítima aspiração da po-

pulação do Distrito, em virtude do problema das distâncias em relação à sede do Município de Toledo (48 km), e à sede do Município de São José das Palmeiras (quase 2 km).

A anexação do Distrito de Luz Marina ao Município de São José das Palmeiras trará, por isso mesmo, muitas e inequívocas vantagens à população, quando necessita deslocar-se para a sede municipal, a fim de atender a interesses variados. Não se gastarão tempo e dinheiro em viagem de 48 km, quando essa viagem, depois da anexação, será de menos de 2 km.

A reivindicação está expressa no abaixo-assinado que juntamos ao projeto de lei, com cada uma das firmas reconhecidas no Tabelião local, cuja população deseja a realização de um plebiscito, que comprovará a vontade, talvez, de sua totalidade, quanto à transferência de município.

Anexamos também, um quadro expositivo sobre o Distrito de Luz Marina, a fim de melhor esclarecer os Srs. Deputados.

Trata-se de matéria constitucional, reforçada pela manifestação da vontade livre e soberana dos habitantes do Distrito de Luz Marina, razão pela qual estamos certos não encontrará qualquer óbice para a sua aprovação, por parte dos Srs. Deputados.

PROJETO DE LEI N. 175/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Reserva, o imóvel constituído de um prédio de alvenaria, situado na Rua Generoso Marques s/n, com 301,82m<sup>2</sup>, construído nos terrenos 1 e 2 da Quadra n. 25, da Planta Urbana, no Município de Reserva, matriculado sob o n. 2323, de 22 de setembro de 1981, livro 2, do Registro Imobiliário da Comarca de Reserva.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º, será destinado para fins de asilo, objetivando dar continuidade e aperfeiçoar a prestação de serviços de assistência médica e saúde pública da cidade.

Art. 3º - No caso de utilização diversa da especificada no artigo anterior, o imóvel reverterá ao patrimônio do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/08/86.

(a) NILSO SGUAREZI.

PROJETO DE LEI N. 176/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade

Pública a ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DO OESTE DO PARANÁ - ACAMOP, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Ar. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/08/86.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A documentação que acompanha o presente plano de lei, preenche os requisitos exigidos pela Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria, em nosso Estado.

PROJETO DE LEI N. 177/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MIRASSELVA, com sede no município do mesmo nome.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12/08/86.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de Utilidade Pública, vem prestando relevantes serviços aos trabalhadores rurais daquela região, com a promoção de distribuição de medicamentos e agasalhos, na medida de suas possibilidades, além do atendimento médico e odontológico a um grande contingente de trabalhadores e pequenos agricultores.

Anexamos ao presente plano de lei, a documentação necessária para sua tramitação, esclarecendo que nos estatutos da entidade, devidamente registrados, em seu art. 4º, alínea E, fica estabelecida a obrigação de gratuidade no exercício dos cargos de diretoria.

Assim sendo, esperamos o apoio e conseqüente aprovação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dia 11 de agosto, é o "Dia do Estudante". Para tanto, vimos trazer a esta Casa, o nosso reconhecimento de que o estudante foi reamente uma das peças fundamentais que ajudaram na democratização e nos dias de liberdade que estamos vivendo.

É bom levar em conta, que a maior parte da população do Brasil, é constituída de jovens, e estes se não se conscientizarem do seu papel no contexto social, nós estaremos, evidentemente, comprometendo o futuro deste País.

De tal forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que passo a ler o artigo publicado hoje no "Jornal do Estado", do estudante Marlus Humberto Geronasso, que é o redator da coluna do estudante daquele jornal. (Lê):

"No dia 11 de agosto de 1986, mais precisamente ontem, os estudantes de primeiro, segundo e terceiro graus, lembraram sua data comemorativa, porém, e com certeza, se fizemos uma enquete, 80% ou mais dos estudantes deste Estado não têm conhecimento da existência deste "Dia do Estudante". E, dificilmente, no futuro, saberão disto, se as lideranças estudantis não se movimentarem de fato para mobilizar a classe em torno das suas reivindicações. Além disso, destacamos também, um fato notório para toda classe estudantil que é o da "não" ajuda do Governo Federal que persiste no uso da demagogia e esquece as promessas feitas antes das eleições.

Não é exagero, ou uma crítica desmedida e infundada às autoridades, mas é, sem dúvida alguma, uma verdade estapada em cada sala de aula, em cada escola pública.

Por isso, no "Dia do Estudante", agora neste imprescindível espaço que os alunos têm na imprensa, colocamos o nosso protesto, a nossa aspiração e a nossa intenção para que todos os que ainda não as conhecem, possam então, a partir de hoje, ter ciência que queremos um ensino público e gratuito, mas que seja melhor do que o atual; lutamos pela volta da meia-entrada nos cinemas; precisamos do passe-escolar; necessitamos de melhores professores e, acima de tudo, é fundamental que o estudante passe a ter vez na cultura, no esporte, no lazer de um modo geral.

Deixamos com isto registrado neste momento aos maus políticos, a estes senhores que enganam o povo e a si próprios, aos péssimos professores que visam apenas o lucro, são autoritários e nunca aprenderam a dialogar com os estudantes e os mesmos que em grande parte são desinteressados, desunidos e que acham que ser estudante é apenas cumprir com o seu papel de alunos em ir para aula, sentar em uma carteira escolar e ser aprovado no final do período letivo. O nosso protesto veemente e exclamativo.

De qualquer forma, persiste a esperança, pois os jovens, os políticos experientes, os professores concisos, e os estudantes interessados em ver as coisas acontecerem e mudarem, existem com certeza; neles está incutida a confiança de todos

em um Paraná mais humano e verdadeiramente interessados em progredir e, conseqüentemente, um Brasil mais Brasil, onde a democracia não seja apenas uma mera palavra de dicionário, ou então, apenas uma forma pomposa e bonita de nomear as formas de nossa sociedade atual dentro de seus contextos já ultrapassados e longe de uma realidade exposta para quem quiser ver.

(a) Marlus Humberto Geronasso, redator da Coluna do Estudante"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumpre aqui lembrar a esta Casa o apoio de todos os Parlamentares, por ocasião da apresentação do nosso projeto, dando exclusividade à União Paranaense dos Estudantes de Primeiro e Segundo Grau, na confecção e padronização da Carteira Estudantil do Estado do Paraná, onde tramitou nas Comissões Técnicas desta Casa, passou pelo Plenário e foi aprovado e hoje é lei e está em pleno vigor no Estado do Paraná.

O apoio desta Casa ao estudante, tem acontecido no dia a dia pelos diversos projetos que aqui tramitam pelos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O PTB, como dizia Getúlio Vargas, é "UMA REVOLUÇÃO EM MARCHA". E nós estamos marchando, Senhor Presidente, Senhores Deputados e imprensa de meu Paraná, para, nesta Assembléia Legislativa, termos uma representação à altura de nosso Partido; um partido que está surgindo, apesar dos tropeços; um partido que tem Fuad Nacli como Líder, Francisco Escorsin e Erondy Silvério, Danilo D'Ávila, e tantos outros companheiros que estão lutando pelo crescimento deste Partido, que é o autêntico Partido de Getúlio Vargas.

Lembramo-nos do tempo de Souza Naves, do tempo de Léo de Almeida Neves, Amaury Silva, Annibelli e tantos outros, Miguel Buffara, que foram, juntos com Jorge Nasser, as bandeiras que desfraldaram em nosso Paraná, trazendo a mensagem de Getúlio Vargas.

E é por isso que, neste momento, por mais excêntrico que pareça, um "malufista" no PTB, fala em nome do Partido de Getúlio Vargas.

Ao analisarmos, Senhor Presidente, a Mensagem do grande brasileiro, gaúcho, que deixou implantado em todas as diretrizes de nosso País, a essência do bem-estar do trabalhador, a essência da reforma agrária, a essência de que todos os brasilei-



ros têm direito a sobreviver. E, hoje, o que vemos? Uma reforma agrária claudicante. Vemos, Senhor Presidente, uma reforma agrária que não tem defensor; uma reforma agrária que o povo, como disse Ilson Almeida, em sua reportagem, "está como as galinhas que estão no terreiro, estão no mundo e não tem quem as cerque".

O PLANO CRUZADO, sem querer vaticinar, é um fracasso! É um fracasso, e o nosso ilustre Presidente Sarney vai ser, apesar de sua boa vontade, um dos piores Presidentes da República, porque está procurando cercear. Baixou de nível, Senhor Presidente, para telefones; baixou, sem coordenar o problema do ágio da gasolina, o problema do ágio de quem quer viajar, o problema do ágio de quem quer comprar um carro.

É a ditadura que estão nos impondo!

E Sarney, o grande poeta, o grande seguidor de Rui Barbosa, o grande seguidor de Pontes de Miranda, está perdido no tempo e no espaço.

Por que?

Porque o povo não agüenta a falta de leite, o povo não agüenta, Senhor Presidente, a falta de dois mil e poucos produtos nos supermercados; o povo não agüenta, Senhor Presidente, a taxa que foi concedida para as financiadoras.

Onde está a defesa do povo, Senhor Presidente? Onde está o "canto da sereia" da reforma agrária?

Nós estamos pedindo, e com a expressão da palavra, pedindo vênica. Nós estamos como "cachorro quando caiu da mudança". Onde está o Governador Sarney, o Presidente, o Governador do Maranhão, o Presidente da ARENA e atual Presidente da República? Onde está o homem que o chamam de venal, que o chamam, Senhor Presidente, de vender a metade do Maranhão para comprá-la novamente? Onde está a resposta que nós precisamos? Nós do PTB apesar dos pesares, seguimos a cartilha de Getúlio Vargas.

Precisamos de homens no nosso Parlamento, que digam a verdade aos "funaretas" é aos funaros, que nós estamos seguindo uma trilha perigosa. Uma trilha do dissídio, talvez inconsequente. E é por isso que nós dizemos, pobre Brasil. Pobre Brasil porque até agora não acertamos o seu rumo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Para alegria nossa, as chuvas voltaram ao Paraná no dia e noite de ontem e madru-

gada de hoje.

E nós que estivemos nos últimos dias percorrendo a nossa região central do Paraná, o nosso vale do Ivaí, podíamos acompanhar de perto e verificar a preocupação vivida pelos produtores rurais, pelos agricultores daquela região que já estavam a pensar na possibilidade de mais um longo período de estiagem como aquele ocorrido no final do ano passado e início do ano de 1986.

Todos nós, Parlamentares, todos nós os paranaenses sentimos e vivemos realmente, naquela ocasião, dias de grandes preocupações, visto que a estiagem prolongada, provocou uma perda significativa na quantidade e na qualidade dos grãos e demais produtos pecuários produzidos naquela região do Paraná.

Quantas e quantas foram as palavras que foram em sua totalidade destruídas pela seca. Quantos e quantos foram os produtores rurais que sequer colheram para cobrir o seu custo de produção, para não dizer daqueles que tudo perderam, até mesmo a sua propriedade porque não conseguiram saldar as suas dívidas junto aos bancos.

Quando mais uma vez a estiagem se anunciava, porque já há alguns dias não chovia no Estado do Paraná e com destaque neste momento, no Vale do Ivaí, quiz o destino que no dia de ontem e na noite de ontem e madrugada de hoje, a chuva se fizesse presente. Não ainda na quantidade desejada e necessária para o total restabelecimento das nossas lavouras, para a total tranqüilidade dos nossos produtores rurais que naquela nossa região já estão plantando e continuam plantando a safra de feijão das águas, e que se a chuva não vier em quantidade e nos momentos corretos, mais uma vez esses produtores sofrerão. E quando a gente fala em produtor rural, não podemos deixar de registrar aqui, nesta Assembléia Legislativa, os nossos mais profundos agradecimentos ao Senador Álvaro Dias, ao ex-Governador José Richa, ao atual Governador João Elísio Ferraz de Campos, ao atual Chefe da Casa Civil José Olímpio de Paula Xavier, ao diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, Sebastião Rodrigues Júnior, ao Diretor-Presidente do BANESTADO, Nicolau Abbage e ao Diretor de Crédito Rural do BANESTADO, Otacílio Ribeiro da Silva.

Fazemos este agradecimento, porque desde o mês de março, temos ocupado esta Tribuna, como outros Parlamentares, também a ocuparam, para conclamar o Governo Estadual e Federal, no sentido de que bancassem a dívida daqueles agricultores penalizados com a estiagem, com a longa seca, que ocorreu no Vale do Ivaí. E, quantas foram as vezes que aqui viemos para denun-

ciar que propriedades com até um alqueire de terra, cinco alqueires, estavam sendo leiloadas, e estas pessoas perdendo a sua terra, indo embora do Vale do Ivaí, indo embora do meio rural, e a Reforma Agrária estava acontecendo, no nosso entendimento, às avessas; porque enquanto lutavam para reassentar algumas famílias, estávamos deixando e permitindo, e até porque não dizer, que outras famílias deixassem o meio rural, sem que nós, Governo do Estado, e Governo Federal, alguma coisa fizéssemos.

Foram inúmeras as vezes que, por telefone, audiência, pessoalmente, dissemos ao nosso Governador, ao Bando do Estado, da necessidade, de o Governo Federal e o Governo Estadual, bancassem essas dívidas dos produtores junto aos Bancos privados que, infelizmente, não honraram o compromisso assumido pelo próprio Ministro Funa-ro, que não honraram o compromisso assumido com o Governo do Estado, de que também, haveriam de prorrogar as dívidas dos agricultores, que haveriam de renegociar essas dívidas, em prazos e condições compatíveis com a atividade rural.

Portanto, neste momento, nós agradecemos às pessoas já nominadas, porque, junto a elas, nós e o Senhor Valdomiro Silva, Presidente da Comissão de agricultura do Vale do Ivaí, conseguimos a liberação de um crédito de quinze milhões de cruzados, que se convertidos dariam hoje cerca de trinta bilhões de cruzeiros, recurso esse que está sendo utilizado pelo Banco do Estado do Paraná, para a compra das dívidas que têm os agricultores do Vale do Ivaí, junto aos Bancos privados, fazendo com que, desapareça da cabeça e do meio ambiente, do Vale do Ivaí, a ameaça das execuções bancárias, a ameaça do protesto, a ameaça da execução no Fórum, do leilão da propriedade rural, e esses produtores podem a partir de agora, dormiremos sossegados, sabendo que terão tempo e condições, para continuarem produzindo em cima da sua propriedade e, desta forma, um dia poder saldar a sua dívida, que não é irresponsabilidade sua, é sim, sua responsabilidade, mas a existência desta dívida, não é uma irresponsabilidade do agricultor, mas, foi sim, em função das condições climáticas que no ano passado e início deste ano assolaram aquela região, e que em anos anteriores também assolaram com geada e chuva de granizo.

Portanto, dois motivos para virmos a esta tribuna e dizer do nosso contentamento e da nossa satisfação: o problema das dívidas dos agricultores do Vale do Ivaí, que estão sendo renegociadas, todas elas, sejam em bancos privados, financeiras, ou em bancos oficiais, pelo BANESTADO, e a presença, mesmo que em pequena quantidade,

das chuvas que ocorreram, e que, sem sombra de dúvidas, muito contribuirá para o desenvolvimento da agricultura paranaense, do abastecimento de água em nossa cidade, e até mesmo na geração de energia.

Meus agradecimentos, Senhor Presidente, pela tolerância do tempo, e aos demais Parlamentares, mas tínhamos que fazer este anúncio e este agradecimento, hoje.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Encerrado o Pequeno Expediente, e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro se fará o uso do seu horário.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Democrático Social.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido da Frente Liberal.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Comunista Brasileiro.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Liberal.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

(Declina).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 32 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de

apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Resolução n. 53/86. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 53/86, de autoria dos Deputados GILBERTO CARVALHO e RUBENS BUENO, que altera o artigo 1.<sup>o</sup>, da Resolução n. 113/85, de 03.12.85, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1.<sup>o</sup>- Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao Município de Barbosa Ferraz, a fim de consultar a sua população visando a criação do Município de Corumbataí do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., conforme SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. Em votação o Substitutivo Geral. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 14/86, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que denomina de "RODOVIA DEPUTADO DINO VEIGA" a Rodovia que liga o Município de Bandeirantes a Itambaracá, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR.ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem)- Con sulto o ilustre presidente da Assembléia, Deputado Antônio Annibelli, se Vossa Excelência, como Presidente deste Poder e que tem estado em contáto permanente com Sua Excelência o Senhor Governador, tem alguma informação concreta se este mandará a Mensagem de aumento para o funcionalismo estadual para esta Casa.

O SR.PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência tem mantido contáto com o Senhor Governador com assuntos de interesses da Casa, não tenho conhecimento da dúvida levantada por Vossa Excelência.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 292/84, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de utilidade pública a "SHALON SOCIEDADE BENEFICENTE DO JARDIM GUARUJÁ", com sede e foro na Cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 153/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS GAUDÉRIOS DO OESTE", com sede e foro na cidade de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 227/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE PROCOPENSE DE ESTUDOS SOCIAIS E AÇÃO SOCIAL"- SOPESAS, com sede e foro no Município de Cornélio Procópio. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.; por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 249/85, de autoria do Deputado Roberto Requião, que declara de utilidade pública a "Associação de Bairros Sociedade Amigos da Vila São José, Vila Dona Fina e Ferraria", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 293/85, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, que denomina "Antônio Mendes Vasconcelos", o trecho da Rodovia Estadual PR-218, que liga os municípios de Arapongas a Iguaraçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 305/85, de autoria do Deputado Homero Oguido, que declara de utilidade pública a "Ação Social Paroquial Bom Samaritano São Jeronimense", com sede e foro no município de São Jerônimo da Serra. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 312/85, de autoria do Deputado Sabino Campos, que declara de utilidade pública a "Associação de Defesa e Educação Ambiental de Toledo - ADEATO" - com sede e foro no município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE

URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 74/86, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que dá nova redação ao art. 10, da Lei n. 8.199, de 17.12.85, (Conselho Paranaense de Turismo), acrescentando o "inciso V - um representante dos funcionários da PARANATUR, eleito na forma da Lei n. 8.096, de 14.06.85." Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. 32/86, de 24.04.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PARECER AO PROJETO DE LEI N. 74/86

De autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, o presente plano de lei visa dar nova redação ao art. 10, da Lei n. 8.199, de 17.12.85, referente aos membros do Conselho Paranaense de Turismo, conforme especifica.

O projeto está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno, com arrazoadado que nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação já que não encontramos qualquer óbice, quer legal ou constitucional, que possa obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.86

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
Rubens Bueno - Relator

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Hermácia Cassou, ocorrido no dia 06 de agosto do corrente ano.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anivaldo Lopes, ocorrido no dia 23 de maio do corrente ano, no município de São Tomé. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de urgência ao Projeto de Lei n. 88/86, que declara de utilidade pública o Centro Espírita Luz e Verdade. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de urgência ao Projeto de Lei n. 158/86, que objetiva dar nova redação ao art. 11 e seus incisos e parágrafos, da Lei n. 7.424, de 17.12.80, que versa sobre o Plano de Classificação de Cargos do Poder

Executivo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de urgência ao Projeto de Lei n. 68/86, que declara de utilidade pública a Associação de Santa Rita de Cássia - Lar Iracy Dantas de Andrade. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando Regime de urgência ao Projeto de Lei n. 79/86, que regula a propaganda produzida ou veiculada pela Secretaria Extraordinária da Comunicação Social. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Coordenador de Construções e Reparos da Secretaria da Administração, encarecendo a construção de muro ou tela de proteção, ligação de água e energia elétrica, bem como reparos na Escola Estadual Justiniano de Oliveira, localizada no Distrito de José Lacerda, município de Reserva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando Regime de urgência para o Projeto de Lei n. 170/86, que institui o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao advogado paranaense Osmann de Oliveira que, juntamente com destacados juristas brasileiros, vem receber certificado de estágio após conclusão de Seminário sobre Direito Penal, realizado no mês de julho do corrente ano, pela Universidade de Paris - Sourbonne. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo a construção de uma estrada ligando a localidade de Quinhão 2, próximo à Vista Alegre, na estrada que liga Ortigueira a Faxinal, até a localidade de Rosário no município de Grandes Rios, passando pela Fazenda Cunha e Quinhão 3, no município de Ortigueira, atravessando o Rio Peixe. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do

expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a aquisição de um terminal telefônico para a Inspeção Estadual de Educação do município de Sengés. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria de Finanças, encarecendo a instalação de rede de eletrificação, através do "clic rural", nas localidades de Grenhal e Silvina, no município de Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a criação e instalação do Ensino de 2.º Grau no município de Roncador. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, visando apoio para a formação de uma fanfarra no Colégio Estadual João Maffei Rosa - Ensino de 1.º e 2.º Graus, no município de Juranda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, visando a liberação de recursos para a construção de uma quadra esportiva na Escola Estadual Marechal Rondon - Ensino de 1.º Grau, no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, visando auxílio para a formação de uma fanfarra no Colégio Estadual José Alfredo de Almeida - Ensino de 1.º e 2.º Graus, no município de Mariluz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, objetivando a criação e instalação de um batalhão da Polícia Militar, no município de Ubiratã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, viabilizando a destinação de novo gabinete dentário, para o Posto de Saúde do municí-

pio de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o destacamento de maior efetivo policial, para o distrito administrativo de Luziana, do município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria de Educação, encarecendo a destinação de materiais de laboratório, para a Escola Estadual Arthur Ramos - Ensino de 1.º Grau, no município de Engenheiro Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo reformas gerais, na quadra de esportes da Escola Estadual Vila Rica do Espírito Santo - Ensino de 1.º Grau, do município de Fênix. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao município de Goioerê, pela passagem do 31.º aniversário e emancipação política. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente solicitando votos de congratulações à Igreja Presbiteriana do município de Campo Mourão, pela comemoração do aniversário da chegada ao Brasil, do primeiro missionário presbiteriano, além do 27.º aniversário da organização da referida Igreja. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Sra. Maria do Carmo Cavalanti Fortes, filha do falecido Deputado Tenório Cavalanti, pelo lançamento do livro "Tenório - O Homem e o Mito". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando votos de congratulações a Sra. Salma Grano, Diretora do DETEPAR, núcleo de Londrina e ao Sr. José Florentino, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Arapongas, pela criação do Comitê de Segurança no Trabalho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento e autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, encarecendo urgência na análise e

aprovação dos estudos que visam a reestruturação do Quadro Funcional do Órgão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando anexação do Projeto de Lei n. 321/84, à Mensagem n. 91/86, do Sr. Governador do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 53/86;

3.<sup>a</sup> Discussão - dos Projetos de Lei n. 292/84, 153, 227, 249, 293, 305 e 312/85;

2.<sup>a</sup> Discussão - do Projeto de Lei n. 74/86;

1.<sup>a</sup> Discussão - dos Projetos de Lei n. 36, 45, 52 e 59/86.

Levanta-se a sessão.